



# Tocantins

Escravo,  
Nem Pensar!

2021





## Repórter Brasil

Organização de Comunicação e Projetos Sociais

**Presidente:** Leonardo Sakamoto

**Conselho diretivo:** Cláudia Carmello Cruz (Primeira-secretária), Lúcia Ramos Monteiro (Comunicação), Daniela de Carvalho Matielo (Marketing), Maurício Eraclito Monteiro Filho (Pedagogia) e Carolina Falcão Motoki (Projetos sociais)

**Conselho fiscal:** Beatriz Costa Barbosa, Luiz Guilherme Barreiros Bueno da Silva e Spensy Kmitta Pimentel

**Coordenadores de programas:** Ana Magalhães (Agência de Notícias), Marcel Gomes (Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis) e Natália Sayuri Suzuki (Escravo, nem pensar!)

**Departamento administrativo-financeiro:** Marta Elizabete Vieira Santana (coordenadora), Juliana Furchmann (analista financeira), Neusa Amorin (analista financeira) e Victoria Perino Rosa (assistente administrativa)

### *Escravo, nem pensar! no Tocantins – 2021*

**Equipe do programa *Escravo, nem pensar!***  
Natália Suzuki (coordenadora), Rodrigo Teruel (analista de projeto), Sofia Chávez (analista de projetos), Lúcia Nascimento (analista de comunicação), Guilherme Vidal (assistente de projeto) e Beatriz Lakatos (assistente de projeto).

**Texto:** Guilherme Zocchio

**Edição e revisão de texto:** Lúcia Nascimento

**Projeto gráfico e diagramação:** Marcela Weigert

**Realização:** Repórter Brasil e Secretaria de Estado da Educação do Tocantins

**Apoio:** Ministério Público do Trabalho

**Parceria:** Comissão de Erradicação do Trabalho Escravo do Estado do Tocantins e Comissão Pastoral da Terra

**Impressão:** Rettec

**Tiragem:** 2 mil unidades

### Distribuição gratuita

*As produções didáticas do programa *Escravo, nem pensar!* estão protegidas pelos artigos 29 e 46 da lei n.º 9.610/1998, que dispõe sobre os direitos autorais no país. Para saber mais sobre as condições de reprodução do material, entre em contato com a Repórter Brasil.*

## Sobre o *ENP!*

Coordenado pela ONG Repórter Brasil, o programa *Escravo, nem pensar! (ENP!)* é o primeiro programa educacional de combate ao trabalho escravo a atuar em âmbito nacional. Desde 2004, previne comunidades socioeconomicamente vulneráveis de violações de direitos humanos, como o trabalho escravo e o tráfico de pessoas. Seus projetos já alcançaram 548 municípios em 12 estados brasileiros e beneficiaram mais de 1,5 milhão de pessoas. O programa foi incluído nominalmente na segunda edição do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo e contempla metas ou ações de prevenção ao trabalho escravo dos planos estaduais da Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rio de Janeiro e Tocantins.

## Sobre a Repórter Brasil

A Repórter Brasil, fundada em 2001 por jornalistas, cientistas sociais e educadores, é reconhecida como uma das principais fontes de informação sobre trabalho escravo no país. O seu objetivo é estimular a reflexão e a ação sobre as violações aos direitos fundamentais dos povos e trabalhadores do campo no Brasil. Suas reportagens, investigações jornalísticas, pesquisas e metodologias têm sido usadas como instrumentos por lideranças do poder público, da sociedade civil e do setor empresarial em iniciativas de combate ao trabalho escravo contemporâneo, que afeta milhares de brasileiros.

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Repórter Brasil

*Escravo, nem pensar!* : no Tocantins : 2021 / Repórter Brasil ; ilustração Marcela Weigert. -- São Paulo, SP : Repórter Brasil, 2022.

ISBN 978-65-87690-05-6

1. Direitos humanos 2. Educação - Tocantins (TO) 3. Trabalho escravo I. Título.

22-118595

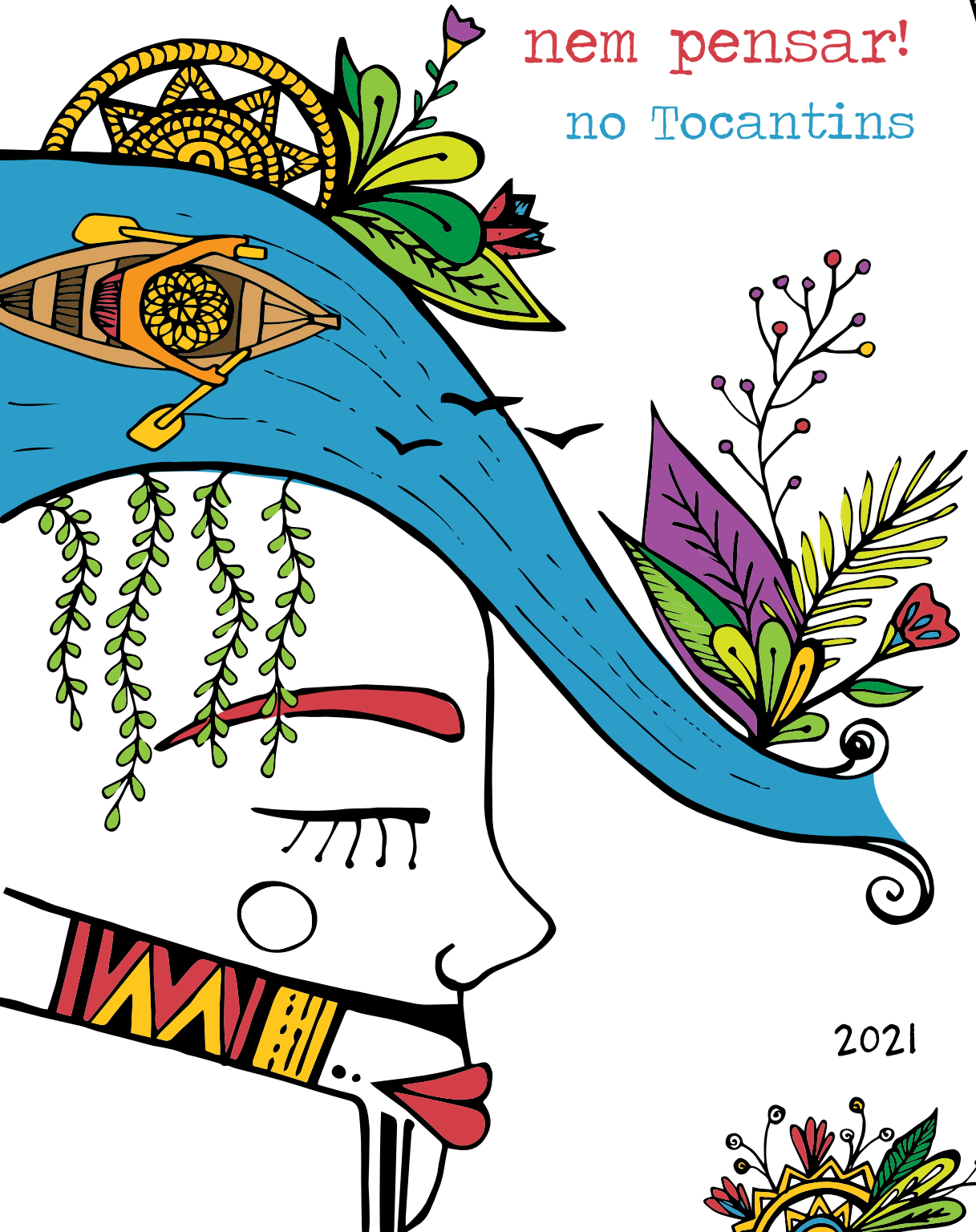
CDD-370.981

### Índice para o catálogo sistemático:

1. Brasil : Trabalho escravo : Prevenção e combate : Educação 370.981

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária -  
CRB-8/9380

Escravo,  
nem pensar!  
no Tocantins



2021



**O Tocantins** é duplamente um estado estratégico para o combate ao trabalho escravo no Brasil. Desde 1995, foram encontradas mais de 3 mil pessoas submetidas à condição análoga à de escravidão em municípios tocan-  
tenses, com quantidade expressiva de casos desse tipo de exploração na ati-  
vidade agropecuária e na produção de carvão vegetal. Por outro lado, o estado é  
também emissor de trabalhadores, que são aliciados com propostas enganosas  
de emprego e, assim, acabam explorados em outros lugares do país.

O combate ao trabalho escravo, em grande medida, é realizado por  
meio de ações de repressão, ou seja, a partir das inspeções a propriedades sus-  
peitas de cometerem essa violação e da aplicação de sanções trabalhistas e pe-  
nais. Contudo, para erradicar o problema, são fundamentais as ações preventi-  
vas, como aquelas realizadas pelo programa *Escravo, nem pensar!* (ENP!).

Entre os anos de 2006 e 2009, foram realizadas formações sobre tra-  
balho escravo para educadores de redes públicas municipais do Tocantins. O  
objetivo era disseminar informações sobre o tema para comunidades vulne-  
ráveis. Em 2018, pela primeira vez, foi realizado um projeto de nível estadu-  
al, ampliando a escala de atuação. Por meio dessa iniciativa, mais de 180 mil  
pessoas foram prevenidas do trabalho escravo em 92 municípios. Em 2021, o  
*ENP!* realizou a segunda e última etapa do projeto estadual, contemplando 113  
escolas de outros 36<sup>1</sup> municípios tocan-  
tenses. Mesmo no contexto pandêmico,  
em que as escolas foram fechadas e todo o processo formativo foi virtual, foi  
possível alertar mais de 37 mil pessoas dos riscos do trabalho escravo.

Diante de todas as dificuldades enfrentadas e superadas pelas escolas  
durante o período de isolamento social, o programa *Escravo, nem pensar!* não pode-  
ria deixar de reconhecer e parabenizar os esforços da rede estadual de educação  
do Tocantins. As escolas foram criativas e empenhadas ao realizar ações surpre-  
ndentes de prevenção ao problema.

Nesse sentido, reiteramos que essa iniciativa exitosa é decorrente de  
uma rede importante de atores engajados com a missão de erradicar a prática  
hedionda do trabalho escravo. A maior parte deles, como o Ministério Público  
do Trabalho e a Comissão Pastoral da Terra, se congrega na Comissão Estadual  
para Erradicação ao Trabalho Escravo do Tocantins (Coetrae-TO), que tam-  
bém foi fundamental para que o projeto fosse implementado.

Assim, o programa *Escravo, nem pensar!* conclui, juntamente com a Se-  
cretaria Estadual de Educação do Tocantins, a prevenção ao trabalho escravo  
em toda a rede pública do estado. Nas próximas páginas relatamos um pouco  
desse processo formativo.

**Boa leitura!**

**Natália Suzuki**

Coordenadora do programa  
*Escravo, nem pensar!*  
ONG Repórter Brasil

1. O número total é de 40 municípios contemplados nesta edição. Exclui-se da soma, portanto, a repetição de quatro municípios da DRE Palmas, que participou de ambas as edições do projeto.

## PAINEL DE RESULTADOS DAS EDIÇÕES 2018 E 2021

	2018	2021	TOTAL DAS EDIÇÕES
DIRETORIAS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO	8	6	13 <sup>2</sup>
MUNICÍPIOS ALCANÇADOS	92	40	118 <sup>3</sup>
ESCOLAS ENGAJADAS	287	113	389 <sup>4</sup>
EDUCADORES/AS	4.557	1.836	6.393
ESTUDANTES	102.437	23.072	125.509
FUNCIONÁRIOS/AS	3.392	895	4.287
PESSOAS DA COMUNIDADE EXTRAESCOLAR	70.638	12.081	82.719
TOTAL DE PESSOAS ENVOLVIDAS	181.024	37.884	218.908

2. Exclui-se da soma total a repetição da DRE Palmas, que participou de ambas as edições.

3. O dado total de municípios abrangidos corresponde à soma das duas edições, excluindo-se a repetição daqueles compreendidos pela DRE Palmas.

4. O dado total de escolas segue a mesma lógica da coluna de municípios. Excluiu-se do total a repetição de escolas da DRE Palmas que participaram de mais de uma edição.

*“O projeto contribuiu decisivamente para uma conscientização, não só da classe estudantil, mas também de toda comunidade escolar sobre o trabalho escravo contemporâneo. A metodologia aplicada no desenvolvimento do projeto nas escolas da rede estadual de educação do Tocantins contribuiu para que a discussão perpassasse os muros das escolas, chamando atenção para que a sociedade, em diversos municípios, também se interessasse pelo assunto apresentado. Além disso, ressaltamos os resultados positivos no que tange o papel da escola na defesa dos direitos humanos.”*



Funcionários da Gerência de Educação do Campo e Quilombola da Seduc/TO.





# SUMÁRIO

1. O que é trabalho escravo?	06
2. Trabalho escravo no Tocantins	08
2.1. Aliciamento e migração	12
3. Programa <i>Escravo, nem pensar!</i> no Tocantins 2021	13
4. Conquistas	18
5. Experiências educacionais	20
5.1. Diretorias Regionais de Educação	21
DRE Arraias	22
DRE Dianópolis	26
DRE Guaraí	29
DRE Pedro Afonso	32
DRE Palmas	36
DRE Miracema do Tocantins	39





## GLOSSÁRIO

**COETRAE/TO** - Comissão de Erradicação do Trabalho Escravo do Estado do Tocantins

**CPT** - Comissão Pastoral da Terra

**EE** - Escola Estadual

**ENPI!** - Escravo, nem pensar!

**MPT** - Ministério Público do Trabalho

**SEDUC/TO** - Secretaria de Estado da Educação do Tocantins

**DRE** - Diretoria Regional de Educação





# O QUE É TRABALHO ESCRAVO?

O trabalho escravo contemporâneo é uma grave violação de direitos humanos que acomete a dignidade e priva o indivíduo de liberdade. No Brasil, ele é definido como crime pelo artigo 149 do Código Penal.

## CÓDIGO PENAL

*Artigo 149. Reduzir alguém à condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:*

*Pena – Reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.*

*§ 1º. Nas mesmas penas incorre quem:*

*I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;*

*II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.*

*§ 2º. A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:*

*I – contra a criança ou adolescente;*

*II – por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.*





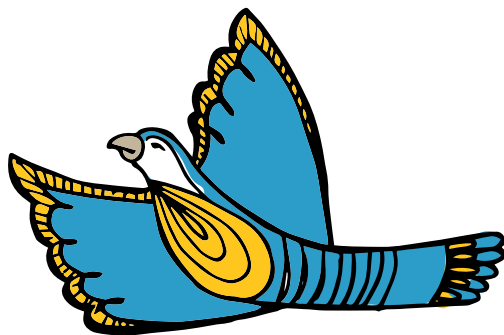
O trabalho escravo dos dias de hoje difere da escravidão dos períodos colonial e imperial, quando as vítimas eram presas a correntes e açoitadas no pelourinho. Os elementos a seguir caracterizam essa violação de direitos humanos.

### ☉ Trabalho forçado

O trabalhador é submetido à exploração, sem possibilidade de deixar o local por causa de dívidas, violência física ou psicológica ou outros meios usados para manter a pessoa trabalhando. Em alguns casos, o trabalhador se encontra em local de difícil acesso, dezenas de quilômetros distante da cidade, isolado geograficamente e longe de sua família e de uma rede de proteção. Em outros, os salários não são pagos até que se finalize a empreitada, e o trabalhador permanece no serviço com a esperança de, um dia, receber. Há ainda os casos em que os documentos pessoais são retidos pelo empregador, e o trabalhador se vê impedido de deixar o local.

### ☉ Jornada exaustiva

Não se trata somente de um excesso de horas extras não pagas. É um expediente desgastante que coloca em risco a integridade física e a saúde do trabalhador, já que o intervalo entre as jornadas é insuficiente para que possa recuperar suas forças. Há casos em que o descanso semanal não é respeitado.



Assim, o trabalhador também fica impedido de manter vida social e familiar e corre mais riscos de adoecimento físico e mental.

### ☉ Servidão por dívida

Fabricação de dívidas ilegais referentes a gastos com transporte, alimentação, aluguel e ferramentas de trabalho para “prender” o trabalhador ao local de trabalho. Esses itens são cobrados de forma abusiva e arbitrária para, então, serem descontados do salário do trabalhador, que permanece sempre endividado. Por uma questão de honra, os trabalhadores permanecem no trabalho, ainda que a suposta dívida seja fraudulenta e se torne impagável.

### ☉ Condições degradantes

Conjunto de elementos irregulares que caracterizam a precariedade do trabalho e das condições de vida do trabalhador, atentando contra a sua dignidade. Frequentemente, esses elementos se referem a alojamento precário, péssima alimentação, falta de assistência médica, ausência de saneamento básico e água potável; não raro, são constatadas também situações de maus-tratos e ameaças físicas e psicológicas.

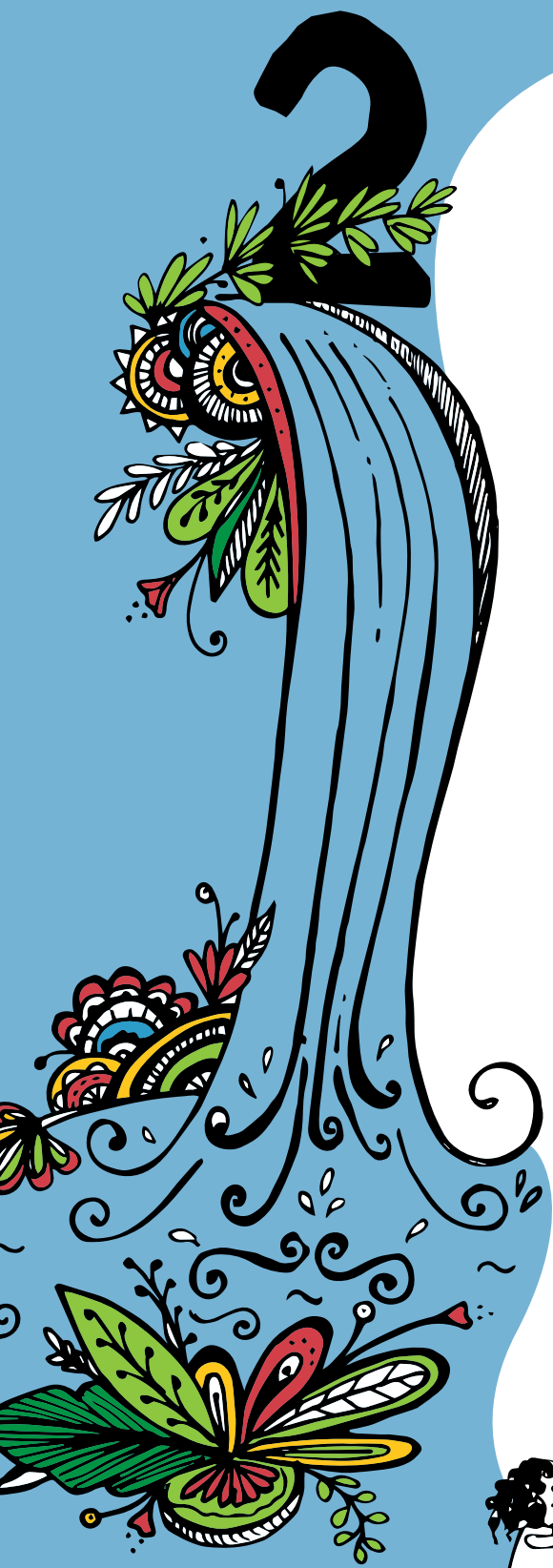


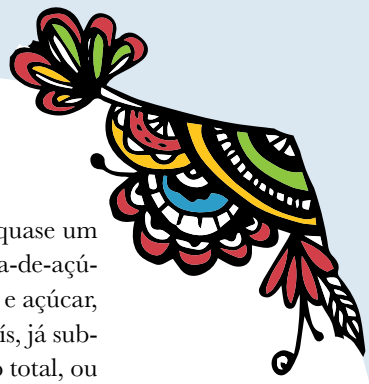
# TRABALHO ESCRAVO NO TOCANTINS

Conhecido como o mais novo entre as 27 unidades federativas do Brasil, o Tocantins foi criado em 1988, junto com a promulgação da Constituição Federal. Com uma área de mais de 270 mil km<sup>2</sup> e a estimativa de uma população de pouco mais de 1,6 milhão de habitantes, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estado surgiu a partir do desmembramento de Goiás. A recente criação do Tocantins como território estadual, entretanto, não o torna menos afetado pelo trabalho escravo contemporâneo, que persiste em todo o Brasil.

O estado ocupa a sétima posição entre aqueles com mais trabalhadores escravizados desde 1995, ano em que o então presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) reconheceu a persistência do trabalho escravo contemporâneo no país. Segundo os números oficiais, em um total de ao menos 57.661 pessoas escravizadas até 2021, 3.012 (ou pouco mais de 5% delas) foram encontradas no Tocantins.

No meio rural, a pecuária é um dos carros-chefe da economia do estado, uma atividade que, nacionalmente, concentra a maioria dos casos de vítimas de trabalho escravo desde meados dos anos 1990, com cerca de 17.265





trabalhadores escravizados — número que corresponde a quase um terço do total no período. Além dela, as plantações de cana-de-açúcar, com a presença de grandes usinas produtoras de álcool e açúcar, também têm relevância no Tocantins: o setor, em todo o país, já submeteu ao menos 11.187 trabalhadores (quase um quinto do total, ou 19,4%) a condições análogas às de escravidão.

Outra cultura economicamente significativa no estado é a soja, principal grão exportado pela agricultura brasileira. No país, a partir de 1995, as lavouras em geral responderam por 11.874 dos trabalhadores escravizados, mais de um quinto do total.

No meio urbano tocantinense, de acordo com relatos de educadores envolvidos com as formações do *Escravo, nem pensar!*, o trabalho escravo ocorre, muitas vezes, em tarefas domésticas. Em geral, famílias pobres enviam seus filhos para uma permuta de moradia por serviços na casa de algum parente ou conhecido, criando um ambiente propício para violações.

#### RANKING NACIONAL DE TRABALHADORES ESCRAVIZADOS POR REGIÃO (1995 A 2021)

Região	Casos fiscalizados		Trabalhadores escravizados	
NORTE	960	35,2%	18.164	31,5%
NORDESTE	486	17,8%	10.840	18,7%
CENTRO-OESTE	503	18,4%	13.697	23,7%
SUDESTE	204	7,4%	2.638	4,5%
SUL	568	20,8%	12.322	21,3%
<b>TOTAL</b>	<b>2.721</b>	<b>100%</b>	<b>57.661</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados do Ministério do Trabalho e Previdência sistematizados pela Comissão Pastoral da Terra e pela Repórter Brasil.



*“Não se pode cogitar a erradicação do trabalho escravo contemporâneo sem políticas públicas e programas sociais voltados à prevenção dessa prática. No estado do Tocantins, onde prepondera a concentração fundiária e de renda, o programa Escravo, nem pensar! robustece o propósito transformador da educação, sobretudo em comunidades com maior vulnerabilidade socioeconômica, cumprindo um papel fundamental para a ruptura do ciclo de superexploração do trabalhador.”*

**Gisela Nabuco**, procuradora do Ministério Público do Trabalho da 10ª Região.



## RANKING NACIONAL DE TRABALHADORES ESCRAVIZADOS POR ESTADO (1995 A 2021)

Estado	Trabalhadores escravizados	Casos fiscalizados
Pará	13.371	660
Minas Gerais	7.643	318
Mato Grosso	6.190	225
Goiás	4.414	179
Maranhão	3.536	206
Bahia	3.456	128
<b>Tocantins</b>	<b>3.012</b>	<b>161</b>
Mato Grosso do Sul	2.918	93
São Paulo	2.077	134
Rio de Janeiro	1.719	86
Demais estados	9.325	531
<b>Total</b>	<b>57.661</b>	<b>2.721</b>

Fonte: Dados do Ministério do Trabalho e Previdência sistematizados pela Comissão Pastoral da Terra e pela Repórter Brasil.

## OCORRÊNCIA DE TRABALHO ESCRAVO POR ATIVIDADE ECONÔMICA NO BRASIL (1995 A 2021)

Atividade	Casos fiscalizados		Trabalhadores escravizados	
Pecuária	1.036	38%	17.265	30%
Lavouras	480	17,6%	11.874	20,5%
Carvão vegetal	298	10,9%	4.305	7,4%
Construção civil	173	6,3%	3.428	5,9%
Desmatamento	124	4,5%	2.489	4,3%
Reflorestamento	113	4,1%	1.356	2,3%
Mineração	87	3,2%	1.013	1,7%
Cana-de-açúcar	83	3%	11.187	19,4%
Extratativismo vegetal	68	2,4%	1.351	2,3%
Confecção têxtil	55	2%	657	1,1%
Outras	204	7,4%	2.736	4,4%
<b>Total</b>	<b>2.721</b>	<b>100%</b>	<b>57.661</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados do Ministério do Trabalho e Previdência sistematizados pela Comissão Pastoral da Terra e pela Repórter Brasil.

## OCORRÊNCIA DE TRABALHO ESCRAVO NO TOCANTINS, POR MUNICÍPIO (1995 A 2021)

Posição	Município	Trabalhadores escravizados	Casos fiscalizados
1	Ananás	481	13
2	Caseara	274	1
3	Arapoema	203	9
4	Tocantinópolis	174	1
5	Darcinópolis	140	4
6	Araguaína	130	15
7	Porto Nacional	129	5
8	Natividade	93	7
9	Riachinho	93	2
10	Araguanã	88	3
Demais 51 municípios		1.207	101
<b>Total</b>		<b>3.012</b>	<b>161</b>

Fonte: Dados do Ministério do Trabalho e Previdência sistematizados pela Comissão Pastoral da Terra e pela Repórter Brasil.

## OCORRÊNCIA DE TRABALHO ESCRAVO NO TOCANTINS, POR ATIVIDADE ECONÔMICA (1995 A 2021)

Ramo de atividade	Trabalhadores escravizados	%	Casos fiscalizados	%
Pecuária	1.601	53,1%	101	62,7%
Lavouras	540	17,9%	12	7,4%
Carvão vegetal	524	17,4%	34	21,1%
Extrativismo vegetal	186	6,1%	2	1,2%
Desmatamento	93	3,0%	6	3,7%
Reflorestamento	21	0,7%	1	0,6%
Mineração	16	0,5%	2	1,2%
Construção civil	4	0,1%	1	0,6%
Outros	27	0,9%	2	1,2%
<b>Total</b>	<b>3.012</b>	<b>100%</b>	<b>161</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados do Ministério do Trabalho e Previdência sistematizados pela Comissão Pastoral da Terra e pela Repórter Brasil.





## 2.1. Aliciamento e migração

O Tocantins está entre as dez unidades federativas brasileiras em que mais pessoas são aliciadas para o trabalho escravo, ocupando a sétima posição. Entre 2003 e 2020, foram ao menos 1.955 indivíduos naturais do estado resgatados de condições análogas à escravidão, de acordo com as estatísticas oficiais. Essa quantidade se relaciona às principais atividades econômicas do estado. Integrante do chamado Matopiba, uma região conhecida pela expansão do setor agropecuário que abrange Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, o território tocantinense é a origem de muitos trabalhadores escravizados em lavouras, pastos, na produção de carvão ou na criação de gado. Eles são arregimentados sob a promessa de oportunidades de emprego enganosas e, dessa forma, submetidos à exploração.

\* Trabalhadores “escravizados” são todos os trabalhadores que foram encontrados em condições de trabalho escravo pelo poder público. Nesses casos, pode haver dois grupos de trabalhadores. Os primeiros são os “resgatados”, que se referem àqueles que foram retirados das atividades laborais onde eram explorados em situação de trabalho escravo. Com isso, eles recebem as verbas rescisórias, os direitos trabalhistas devidos pelo tempo em que trabalharam no local e o recurso do seguro-desemprego por três meses. Os demais trabalhadores são aqueles cuja situação laboral é passível de regularização, com a garantia de seus direitos e, portanto, nem sempre o vínculo trabalhista é rompido e, assim, eles se mantêm trabalhando.

### RANKING DE ORIGEM DOS TRABALHADORES RESGATADOS\* NO BRASIL POR ESTADO (2003 A 2020)

Posição	Unidade da Federação	Trabalhadores resgatados	Porcentagem
1	Maranhão	8.339	21,7%
2	Bahia	3.868	10%
3	Minas Gerais	3.585	9,3%
4	Pará	3.157	8,2%
5	Piauí	2.394	6,2%
6	Mato Grosso do Sul	1.977	5,1%
7	Tocantins	1.955	5,0%
8	Pernambuco	1.691	4,4%
9	Goiás	1.681	4,3%
10	Alagoas	1.408	3,6%
Demais estados		8.363	22,2%
Total		38.418	100%

Fonte: Dados do Ministério do Trabalho e Previdência sistematizados pela Comissão Pastoral da Terra e pela Repórter Brasil.

“Acho fundamental que nossos formandos possam encontrar no âmbito escolar informação séria que os alerte sobre o risco do trabalho escravo ainda hoje, aqui no Tocantins. Ainda mais quando verificamos, ano após ano, uma gradual invisibilização desta prática, embora todos nós saibamos que ela não acabou.”

Xavier Plassat, coordenador da campanha nacional da CPT contra o trabalho escravo.



# PROGRAMA ES CRAVO, NEM PENSAR!

## NO TOCANTINS | 2021

O principal foco do poder público para coibir a exploração de seres humanos em condições análogas às de escravo tem sido a repressão, desde 1995, quando o país reconheceu a persistência desse problema no seu território. Para combatê-lo, o Estado brasileiro se dedica principalmente à fiscalização das atividades econômicas envolvendo entes privados ou públicos. No entanto, embora essas medidas sejam fundamentais para coibir a prática, que é crime, não são suficientes para erradicá-la.

Para resolver o problema, é necessário dar um passo além. Cabem às diferentes esferas e níveis estatais as ações de planejamento, articulação e execução de mais políticas públicas. Além de coibir o crime, é importante oferecer assistência para os trabalhadores vulneráveis à exploração análoga à de escravo e encontrar formas de prevenir o aliciamento deles, com o objetivo de evitar que vítimas em potencial sejam submetidas a situações de exploração.

A prevenção ao problema pode ser realizada por meio de processos formativos educacionais, com impactos de curto, médio e longo prazo. Por meio deles, pode-se divulgar informações e promover o de-

bate sobre o tema na sociedade. Esse tipo de ação tem como foco as comunidades socioeconomicamente frágeis, com mais pessoas suscetíveis ao aliciamento para o trabalho escravo. O objetivo é que elas se tornem mais preparadas para enfrentar e denunciar o problema. O programa *Escravo, nem pensar!* no Tocantins é uma das iniciativas que procurou abordar essa chaga social sob a perspectiva da prevenção.

Nas páginas a seguir, apresentamos como o projeto foi implementado no estado e mostramos os principais resultados alcançados para prevenir o aliciamento e a exploração. Na sequência, entre as páginas 20 e 40, destacamos as melhores estratégias adotadas por educadores e alunos para disseminar o projeto nas escolas e em suas comunidades.

O projeto foi realizado pelo programa *ENP!* em conjunto com a Secretaria de Estado da Educação do Tocantins (Seduc/TO), e com o apoio do Ministério Público do Trabalho. Também contou com a parceria da Comissão de Erradicação do Trabalho Escravo do Estado do Tocantins (Coetrae/TO) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

### Objetivo geral

Diminuir, por meio da educação, o número de trabalhadores aliciados para o trabalho escravo e submetidos a condições análogas à de escravidão nas zonas rural e urbana do Tocantins.

### Objetivos específicos

- Sensibilizar e capacitar gestores e técnicos pedagógicos da rede estadual do Tocantins para que realizem formações sobre os temas do trabalho escravo e assuntos correlatos com os professores de regiões vulneráveis;
- Mobilizar escolas da rede estadual do Tocantins a desenvolverem atividades educativas com estudantes e a comunidade extraescolar sobre prevenção ao trabalho escravo contemporâneo e assuntos correlatos.

### Público

Gestores e técnicos pedagógicos de seis Diretorias Regionais de Educação (DREs): Arraias, Dianópolis, Guaraí, Miracema do Tocantins, Palmas e Pedro Afonso.

### Período

Janeiro a dezembro de 2021.

### Metodologia

A metodologia deste projeto é dedicada à formação dos profissionais de educação (gestores e técnicos de formação das DREs), para que se tornem agentes multiplicadores sobre o tema do trabalho escravo na rede pública de ensino. O intuito é fazer com que o conteúdo seja disseminado no sistema de educação estadual, alcançando outros educadores para, então, envolver os estudantes. Os alunos, por sua vez, são transformados em pontos focais em suas comunidades sobre o tema da prevenção ao trabalho escravo. O organograma da próxima página ilustra esse processo.

Em razão das restrições impostas pela pandemia de Covid-19 a partir de 2020, as atividades de prevenção ao trabalho escravo no Tocantins aconteceram de forma remota, utilizando principalmente a *internet*. O modelo se diferencia da primeira edição do projeto implementada no estado anteriormente, em 2018, quando não havia restrição para formações presenciais.





# Organograma do projeto





## DREs e municípios alcançados

### **Arraias**

Arraias  
Combinado  
Lavandeira  
Novo Alegre  
Paraná

### **Dianópolis**

Almas  
Conceição do Tocantins  
Dianópolis  
Novo Jardim  
Ponte Alta do Bom Jesus  
Porto Alegre do Tocantins  
Rio da Conceição  
Taguatinga  
Taipas do Tocantins

### **Guaraí**

Colmeia  
Couto de Magalhães  
Fortaleza do Tabocão  
Goianorte  
Guaraí  
Itaporã do Tocantins  
Pequizeiro  
Presidente Kennedy

### **Miracema do Tocantins**

Lizarda  
Miracema do Tocantins  
Tocantínia

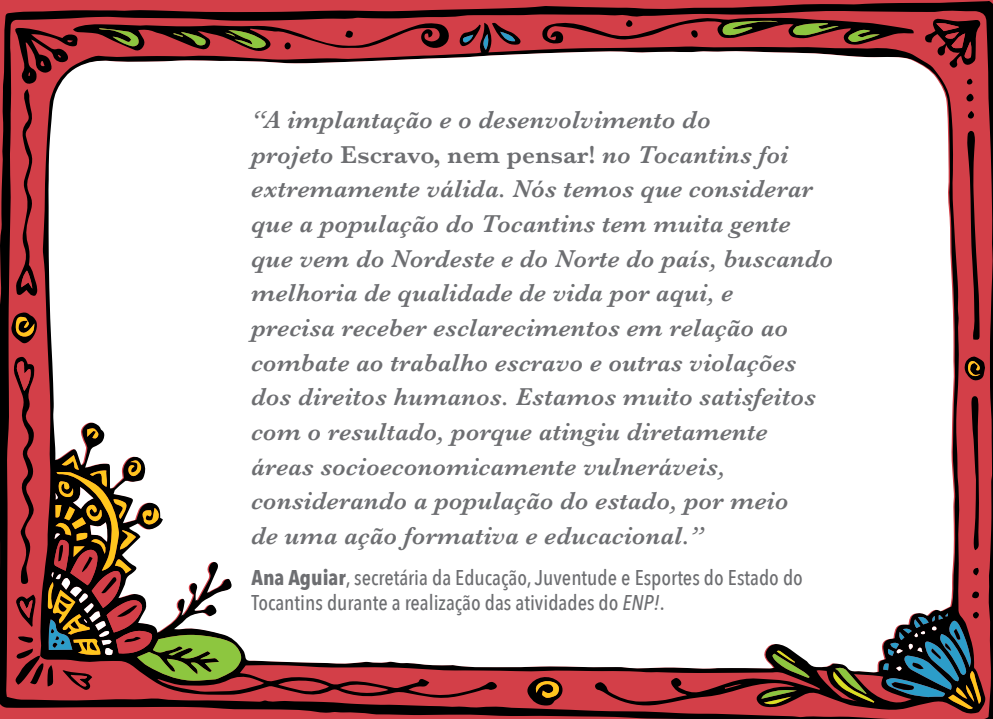
### **Palmas**

Aparecida do Rio Negro  
Lagoa do Tocantins  
Lajeado  
Novo Acordo  
Palmas  
Rio Sono  
São Félix do Tocantins

### **Pedro Afonso**

Bom Jesus do Tocantins  
Centenário  
Goiatins  
Itacajá  
Pedro Afonso  
Recursolândia  
Santa Maria do Tocantins  
Tupirama

Fonte: *Escravo, nem pensar!* com dados da Seduc/TO - Gerência de Dados e Estatística.



*“A implantação e o desenvolvimento do projeto Escravo, nem pensar! no Tocantins foi extremamente válida. Nós temos que considerar que a população do Tocantins tem muita gente que vem do Nordeste e do Norte do país, buscando melhoria de qualidade de vida por aqui, e precisa receber esclarecimentos em relação ao combate ao trabalho escravo e outras violações dos direitos humanos. Estamos muito satisfeitos com o resultado, porque atingiu diretamente áreas socioeconomicamente vulneráveis, considerando a população do estado, por meio de uma ação formativa e educacional.”*

**Ana Aguiar**, secretária da Educação, Juventude e Esportes do Estado do Tocantins durante a realização das atividades do ENP!.

*“O trabalho do ENP! com a equipe contribuiu para o aprofundamento sobre a temática do trabalho escravo contemporâneo, destacando fatos, dados e estatísticas que não devem ser ignorados. O adensamento dos temas correlatos ao trabalho escravo contemporâneo permeia o currículo escolar, de modo a enriquecer e aprofundar o conhecimento. Dessa forma passamos a desmistificar a mera alusão ao tema de forma pontual, vinculando-o apenas a datas comemorativas.”*

**Adalza Ramos dos Santos**, assessora na DRE Palmas, da Secretaria da Educação do Governo do Estado do Tocantins.



# Conquistas

40

Municípios

113  
escolas  
engajadas


23.072  
estudantes

1.836 educadores/as

895 funcionários/as

12.081 pessoas de  
comunidade extraescolar

37.858 pessoas prevenidas  
do trabalho escravo




*O projeto alcançou a meta 41 do 2º Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo.*

*Promover o desenvolvimento do programa Escravo, nem pensar! de capacitação de professores e lideranças populares para o combate ao trabalho escravo, nos estados em que ele é ação do plano estadual para a erradicação do trabalho escravo.*

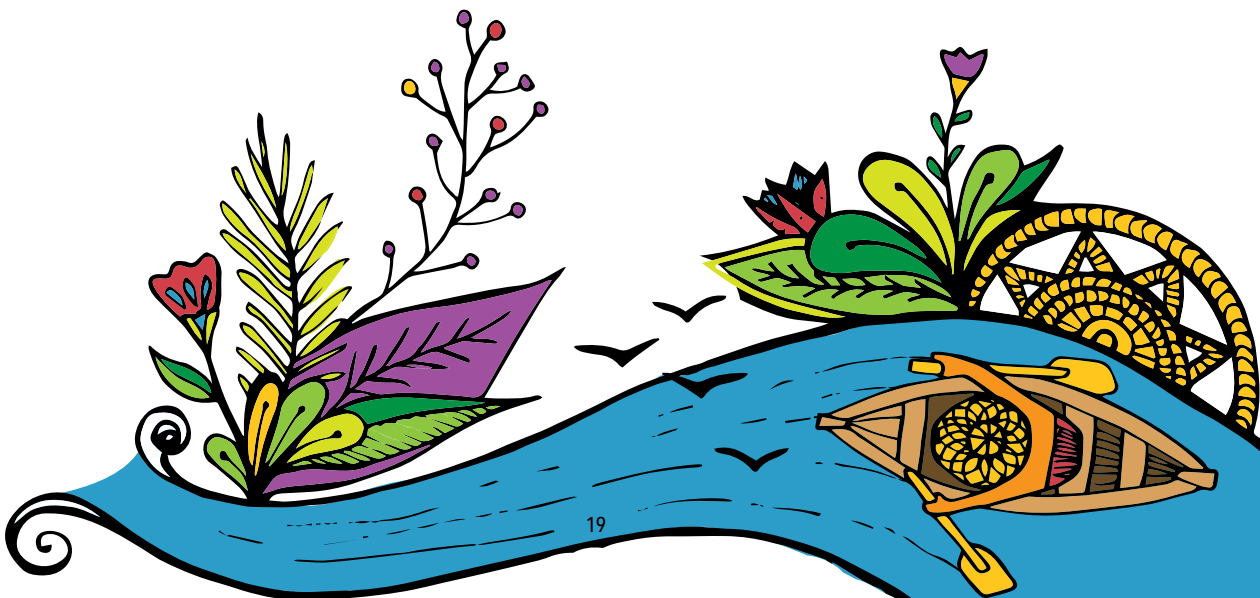
*Também atingiu o objetivo 5.2.4. do Plano Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo no Tocantins.*

*Implementar o projeto Escravo, nem pensar! visando a capacitação de professores e lideranças comunitárias em torno do tema (Parceria com a Repórter Brasil).*



*“O projeto foi um sucesso. Tivemos a formação de profissionais da educação que levaram o legado para o âmbito escolar, de onde a formação se estendeu para a comunidade, conscientizando sobre o aliciamento do trabalhador que é levado para uma oferta de emprego fantasiosa. Atingimos mais de 218 mil pessoas no projeto. O tema foi incluído no currículo escolar, e isso faz muita diferença para o nosso alunado.”*

**Edilma Barros**, assessora da Coetrae/TO.

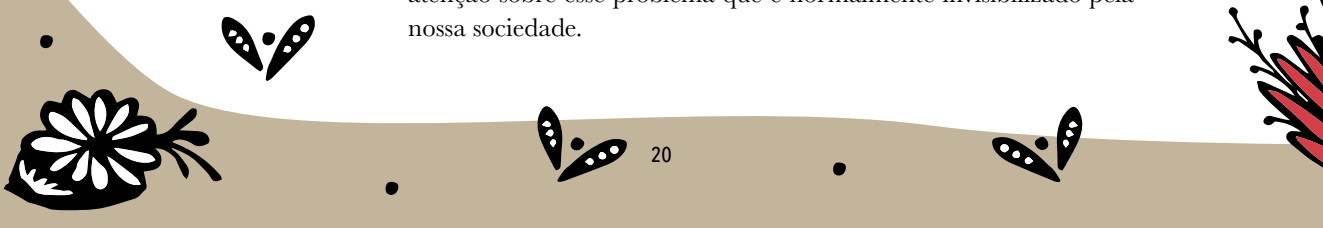




# Experiências Educativas

As unidades de ensino no estado respondem às Diretorias Regionais de Educação (DREs), braços da Secretaria da Educação do Governo do Estado do Tocantins em diferentes regiões do estado. Essas autarquias servem para a administração descentralizada das escolas. Para implementar o programa de prevenção ao trabalho escravo, a equipe do *Escravo, nem pensar!* realizou a formação com os servidores das DREs. Estes, por sua vez, assumiram tanto o papel de orientar os educadores das unidades de ensino sobre o trabalho escravo contemporâneo quanto o de acompanhar o desenvolvimento de atividades com os estudantes e a comunidade escolar. Em razão da pandemia de Covid-19, a maioria dos eventos aconteceu de forma remota, em videoconferências *on-line*.

Nas escolas, estudantes e professores assumiram o protagonismo e atuaram como multiplicadores de informações sobre a prevenção ao trabalho escravo. Para isso, utilizaram as mídias sociais, produziram vídeos e *podcasts*, além de realizarem espetáculos, confeccionarem cartazes e participarem de palestras que serviram para alertar familiares e vizinhos acerca da ocorrência de casos de trabalho escravo. Em ao menos 40 municípios tocantinenses, professores e alunos tomaram a frente, como veremos a seguir, para chamar a atenção sobre esse problema que é normalmente invisibilizado pela nossa sociedade.



## 5.1. Diretorias Regionais Educacionais (DREs)

Seis das 13 DREs do Tocantins participaram da formação oferecida pelo *Escravo, nem pensar!* em 2021 (Arraias, Dianópolis, Guaraí, Miracema do Tocantins, Palmas e Pedro Afonso). Elas foram escolhidas com o objetivo de complementar as ações realizadas pelas outras sete DREs no estado em 2018 e fazer com que o estado inteiro se beneficiasse das ações de prevenção ao trabalho escravo. Muitas dessas DREs, inclusive, estão em áreas com atividades econômicas frequentemente flagradas explorando mão de obra. A seguir, destacamos algumas das mais interessantes experiências didático-pedagógicas desenvolvidas pelas DREs e suas escolas<sup>5</sup>.

*5. As ações destacadas não resumem a variedade e quantidade de atividades didáticas realizadas. As experiências aqui narradas merecem destaque por contemplar, pelo menos, um desses indicadores de qualidade: I. inovação e criatividade na concepção e execução de um determinado conjunto de atividades didáticas; II. impacto e repercussão positiva na comunidade extraescolar, disseminando publicamente as informações sobre trabalho escravo; e III. representatividade, pois a unidade selecionada contempla, por meio de sua experiência particular, uma linguagem artística ou solução metodológica empregada largamente por outras escolas pelo estado.*

### PAINEL DE RESULTADOS DA EDIÇÃO 2021

Diretorias Regionais de Educação	6
Municípios alcançados	40
Escolas engajadas	113
Educadores/as	1.836
Estudantes	23.072
Funcionários/as	895
Pessoas da comunidade extraescolar	12.081
Total de pessoas envolvidas	37.858



Estudantes organizam atividades de prevenção ao trabalho escravo contemporâneo na EE Indígena Lagoinha. | DRE Pedro Afonso.

## DRE Arraias

### ALCANÇADOS PELO ENP!

Municípios	5
Unidades escolares	14
Estudantes	3.077
Educadores/as	170
Funcionários/as	204
Comunidade extraescolar	3.668
<b>Total de pessoas prevenidas</b>	<b>7.119</b>

### O EMPENHO EM DIFUNDIR A IMPORTÂNCIA DO ASSUNTO

Há um ditado popular que diz que onde há vontade é possível encontrar um caminho. Essa frase pode muito bem traduzir os esforços desempenhados pelos educadores da DRE de Arraias, próxima da tríplice fronteira do Tocantins com Goiás e Bahia. Dificuldades impostas pela pandemia, como o ensino remoto e as restrições para as aulas presenciais, atrapalharam, mas não impediram que as formações com os materiais do *Escravo, nem pensar!* alcançassem alunos, professores e comunidade.

Os funcionários da DRE se empenharam para encontrar formas de viabilizar a difusão dos conteúdos de prevenção ao trabalho escravo. Eles visitaram escola por escola da região, procurando salientar a importância de abordar o tema não só em sala de aula, como também em atividades extracurriculares. Para isso, os servidores estaduais apostaram em um turno duplo de diálogo com professores e administradores das escolas da regional de Arraias. Em geral, iniciavam o contato em reuniões *on-line*; depois, visitavam as unidades de ensino para convencer os educadores sobre a relevância do assunto.

“Há lugares em que tivemos que pegar pelo menos uns 200 km de estrada de chão e depois algumas rodovias de difícil acesso”, recorda o assessor de Ciências Humanas da DRE de Arraias, Haroldo Silis Mendes da Silva, uma das pessoas à frente da multiplicação das atividades do *ENP!* na região.



“Falávamos primeiramente com os diretores e coordenadores sobre a ideia. Também enviávamos o memorando com a proposta, e, em seguida, fazíamos o contato para logo explicar. Muitos educadores achavam a princípio que isso atrapalharia o andamento do semestre, mas, após as conversas, conseguimos convencê-los da importância de fazer formações de prevenção”, ele complementa.

Na região, o trabalho doméstico aparece comumente associado à violação de direitos. Além dele, a pecuária é um dos setores mais pujantes nos municípios da DRE e, não raro, também um dos que mais registram casos de trabalho escravo. Assim, nas escolas, os educadores se atentaram para os casos de violência nessas duas atividades econômicas.

Boa parte das escolas instigou os alunos para que produzissem conteúdos com base no que foi repassado pelo *ENP!*. Sob o contexto do isolamento social, professores incentivaram os estudantes a fazer vídeos, imagens para as redes sociais, *podcasts* e uma série de materiais em multimídia que poderiam ser difundidos utilizando a *internet*. Nos momentos em que a pandemia arrefeceu, também houve unidades que conseguiram manter um modelo híbrido, parte presencial e parte *on-line*, para falar do trabalho escravo.



Maquetes e cartazes confeccionados pelos alunos do Colégio Estadual Ranulfa, pertencente à DRE de Arraias. | Setor pedagógica - DRE Arraias.

## A CRIATIVIDADE CONTRA AS DIFICULDADES DA PANDEMIA

Com um senso de oportunidade e outro de responsabilidade, as atividades de prevenção ao trabalho escravo no Colégio Estadual Lavandeira, no município homônimo da DRE de Arraías, aproveitaram-se tanto do fato de a cidade ser um pólo turístico regional quanto do maior uso de aparatos *on-line* nas escolas, por conta da pandemia.

Nos momentos em que casos e mortes por Covid-19 estavam em baixa, estudantes do ensino médio se reuniram para confeccionar e colar cartazes em alguns dos locais mais visitados da cidade, conscientizando sobre o trabalho escravo. Quando foi necessário o uso de ferramentas *on-line*, alunos do ensino fundamental e seus veteranos produziram conteúdos digitais para difundir informações sobre o tema.

Para executar esses planos, os professores que supervisionavam as atividades não só recorreram aos materiais disponibilizados pelo *ENP!*, mas também incentivaram que seus alunos procurassem saber mais sobre o trabalho escravo no *site* da ONG Repórter Brasil. A partir de pesquisas, foram confeccionadas publicações para redes sociais, panfletos digitais, vídeos e até um *podcast*.

Panfleto elaborado pelos alunos do Colégio Estadual Lavandeira distribuído nas ruas da cidade. | Setor pedagógica - DRE Arraías.

**Escravo nem pensar**

O Escravo, nem pensar é a programa educacional da ONG Repórter Brasil. Fundado em 2004, é o único programa nacional dedicado à prevenção do trabalho escravo.

Nossa missão é diminuir o número de trabalhadores afetados para o trabalho escravo e submetidos a condições análogas a de escravidão nas zonas rural e urbana do território brasileiro, por meio da educação.

O trabalho escravo no Brasil

O trabalho escravo é uma grave violação de direitos humanos que restringe a liberdade de indivíduos e atenta contra a sua dignidade. O fenômeno é distinto da escravidão dos períodos colonial e imperial, quando as vítimas eram pessoas escravizadas e acreditadas no pesadelo. Hoje, o trabalho escravo é um crime expresso no Artigo 149 do Código Penal.

O governo federal brasileiro, assinou a existência do trabalho escravo contemporâneo perante o país e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1995. Assim, o Brasil se tornou uma das primeiras nações do mundo a reconhecer oficialmente a ocorrência do problema em seu território. De 1995 até 2019, mais de 55 mil trabalhadores foram libertados de situações análogas a de escravidão em atividades nas zonas rural e urbana.

**OMNI E TRABALHADOR ESCRAVIZADO**

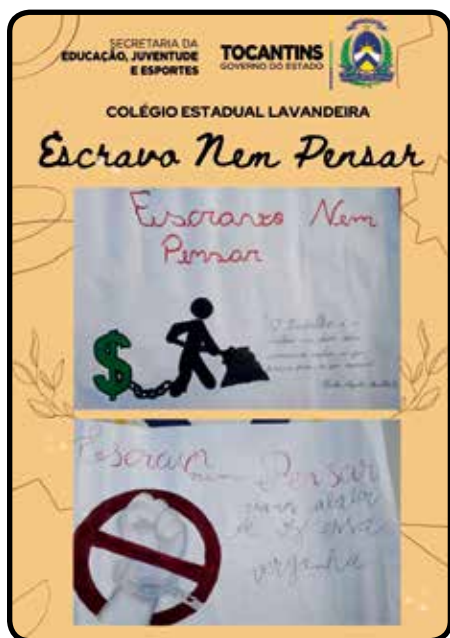
52 mil

95%

83%

“Conversamos com pessoas em diversos locais da cidade, junto com os alunos. Teve até uma estudante que identificou violações trabalhistas em um emprego que trabalhou. Mas a gente procurou ter o cuidado de levar esse trabalho não só para os estudantes, queríamos também que a comunidade tivesse acesso a esse conteúdo”, acrescenta a professora.

“Entrevistamos trabalhadores rurais e encontramos dois alunos que já participaram dessa modalidade de trabalho, recebendo por dia, em situações laborais não tão boas. Alunos da zona urbana foram para a zona rural para fazer as entrevistas e ver na prática como pode acontecer o trabalho escravo. Eles fizeram as entrevistas em vídeo e em *podcasts*”, lembra a professora e pedagoga Jéssica Fonseca, uma das educadoras que tomou a frente da iniciativa em Lavandeira.



Cartaz alertando sobre as formas de aliciamento para o trabalho escravo, feito pelos estudantes de Lavandeira. | Setor pedagógica - DRE Arraias.



Professores seguram painel elaborado pelos estudantes do Colégio Estadual Ranulfa, alertando sobre o trabalho escravo. | Setor pedagógica - DRE Arraias.



## DRE Dianópolis

### ALCANÇADOS PELO ENP!

Municípios	9
Unidades escolares	19
Estudantes	5.442
Educadores/as	287
Funcionários/as	102
Comunidade extraescolar	3.100
<b>Total de pessoas prevenidas</b>	<b>8.931</b>



### INTEGRAR PARA PREVENIR

Quase a totalidade das escolas, 19 entre as 20, sob o guarda-chuva da DRE de Dianópolis foi beneficiada pelas formações de prevenção ao trabalho escravo oferecidas pelo *ENP!*. Esse indicativo de sucesso não foi obtido à toa. Para alcançar esse número, os educadores envolvidos com o projeto não mediram esforços. Eles praticamente fizeram um plantão de 24 horas por dia e 7 dias por semana para atender funcionários e professores das escolas da região à medida que as atividades eram planejadas.

Professores, funcionários e estudantes do Colégio Estadual Justino de Almeida organizam apresentações, desfiles e palestras durante a culminância das formações do *ENP!* com o Dia da Consciência Negra.  
| Edilson Luiz Rocha/CE Justino de Almeida.

“Foi tudo *on-line*”, diz a assessora de Ciências Humanas da regional, Ana Helena de Andrade Vilela, uma das responsáveis por implementar as ações. “Fizemos de tudo: videochamadas e *lives* para ajudar a resolver dúvidas. E, quando trabalhava *on-line*, a gente não tinha muito horário. Atendemos aos professores sempre que eles precisaram.”

Segundo a educadora, esse contato remoto, que precisou ser intensificado em razão das medidas de prevenção à pandemia de Covid-19, foi importante para obter os resultados. E a qualidade dos materiais oferecidos pelo *ENP!* contribuiu. “O material estava bem preparado para trabalhar *on-line*, tinha um suporte muito bom. Ajudou muito e tocou muito no cotidiano dos professores, todos eles elogiaram”, afirma a assessora da DRE.

Nas escolas da região, os professores aproveitaram as dinâmicas dos projetos integradores, previstas nas bases curriculares do Novo Ensino Médio, para fazer com que as discussões sobre o trabalho escravo contemporâneo ocupassem o conteúdo de mais de uma disciplina lecionada. Como resultado, a comunidade escolar aderiu em peso, e houve até casos em que estudantes identificaram situações em que familiares foram submetidos a condições análogas às de escravo.

Próximo da fronteira do Tocantins com a Bahia, o entorno de Dianópolis é conhecido como área de produção de soja, uma das principais *commodities* brasileiras voltadas para a exportação. Por essas características, as pessoas no meio rural procuram trabalhos como os de safrista, na colheita do grão ou no arado e na preparação do solo – atividades que nem sempre observam os direitos humanos e trabalhistas daqueles que as executam.

### ESPETÁCULOS CONTRA O DESCONHECIMENTO DE UM PROBLEMA ATUAL

Falar de trabalho escravo, em um primeiro momento, parecia remeter a um problema passado, já superado, para a maioria dos professores e funcionários do Colégio Estadual Justino de Almeida, em Taguatinga, município ligado à DRE de Dianópolis. No entanto, após as formações alicerçadas nos materiais do *ENP!*, os educadores da escola se conscientizaram sobre o trabalho escravo, e perceberam que elas podem estar mais próximas do que parecem.

“A gente achava que era algo que estava fora da realidade de Taguatinga. Mas dentro dos relatos, depois das atividades, fomos percebendo que pessoas próximas ou conhecidas podem ser vítimas dessa violação”, admite o professor de História Edilson Luiz Rocha, coordenador da disciplina no colégio estadual e um dos responsáveis por executar as atividades de prevenção ao trabalho escravo.



Professores, funcionários e estudantes do Colégio Estadual Justino de Almeida organizam apresentações, desfiles e palestras durante a culminância das formações do *ENP!* com o Dia da Consciência Negra. | Edilson Luiz Rocha/CE Justino de Almeida.



Para despertar a consciência de estudantes e da comunidade escolar sobre a atualidade do problema, os educadores envolvidos com o projeto aproveitaram para realizar as formações junto aos eventos da semana do Dia da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro. A data serviu para que o tema do trabalho escravo, interseccional entre questões de acesso a escolaridade, distribuição de renda, gênero e raça, fosse abordado em diferentes tipos de espetáculos artísticos.

Ao lado dos professores, os estudantes organizaram apresentações de dança, leituras de poemas e até um desfile, com o objetivo de chamar a atenção da comunidade escolar para a atualidade e a proximidade do trabalho escravo. Na área rural de Taguatinga, um dos setores mais fortes economicamente é a pecuária bovina, atividade na qual é comum a ocorrência de casos análogos aos de escravidão. Já no meio urbano, são os serviços domésticos que costumam incorrer em violações.

“São situações que ficam invisíveis na sociedade e não havia meios para denúncia. Muitos relatos apareceram depois do projeto. As formações serviram também para conscientizar sobre os direitos trabalhistas”, reconhece o professor Rocha.



Professores, funcionários e estudantes do Colégio Estadual Justino de Almeida organizam apresentações, desfiles e palestras durante a culminância das formações do ENP! com o Dia da Consciência Negra. | Edilson Luiz Rocha/CE Justino de Almeida.

## DRE Guarai

### ALCANÇADOS PELO ENP!

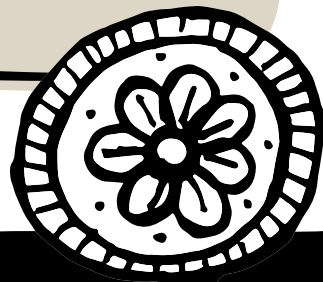
Municípios	8
Unidades escolares	23
Estudantes	5.085
Educadores/as	338
Funcionários/as	128
Comunidade extraescolar	1.323
<b>Total de pessoas prevenidas</b>	<b>6.874</b>

### FORMAÇÃO CONTÍNUA PARA INIBIR O TRABALHO ESCRAVO

Cientes da atualidade do problema, os educadores da DRE de Guarai decidiram inovar e, após a realização das primeiras ações de prevenção ao trabalho escravo, começaram a incentivar que as escolas integrantes da regional tornem as atividades sobre o assunto uma prática constante. A importância dada pelos servidores estaduais ao tema é tal que eles estão, inclusive, apoiando as escolas particulares dos entornos a também fazerem o mesmo.

A ideia de ampliar o alcance das formações preventivas veio como uma resposta às dificuldades impostas pela pandemia de Covid-19. Apesar da realização com sucesso das atividades de forma remota, pela *internet*, a falta de contato presencial dos alunos com as discussões sobre o tema despertou nos funcionários da regional o receio de que a questão poderia, em algum momento, cair no esquecimento.

“É um problema que está no nosso meio, e às vezes um ou outro reconhece. Mas o mais importante é chamar a atenção permanentemente acerca desses problemas”, afirma a técnica pedagógica Maria Rita Rodrigues Amaral, uma das servidoras à frente da disseminação dos materiais do *ENP!* na DRE de Guarai. Ela conta que, para que a iniciativa prospere, a regional trabalha para que cada escola tenha pelo menos um professor responsável por organizar as atividades de prevenção. Segundo a técnica pedagógica, “com o projeto como está e a ajuda do *Escravo, nem pensar!*, a gente consegue mostrar para as escolas uma forma de descobrir quando há ocorrências de trabalho escravo”, diz.



Nas cercanias de Guaraí, como em outras áreas do estado, a pecuária e a soja, além da cana-de-açúcar, representam a maior parte da produção econômica. São ramos onde é comum o flagelo de trabalhadores em situação análoga à de escravo. Após as formações nas escolas da região, alunos e familiares identificaram casos de serviços em que pessoas conhecidas podem ter sido submetidas ao trabalho escravo.

#### CONTEÚDO ON-LINE ACESSÍVEL FORA DA INTERNET

Com as restrições impostas pela pandemia de Covid-19, o que era a exceção, o ensino remoto, teve que se tornar regra, e muitas escolas recorreram aos meios digitais para manter as aulas e as avaliações de seus estudantes. Ocorre que não só o acesso à rede mundial de computadores às vezes deixa a desejar no Brasil, como nem todos os estudantes têm acesso estável à *internet*.

Para driblar esses percalços, os educadores da Escola Estadual Morro do Mato, em Goianorte, usaram um método que pode até ser considerado antiquado, mas que, ainda assim, é bastante eficaz. Uma das coordenadoras pedagógicas, Viviane Passos dos Santos de Souza, relata que os professores se empenharam para que os estudantes pudessem obter o conteúdo do *ENP!* por mídias que não eram digitais. Por exemplo, além dos infográficos disponíveis nas mídias sociais, uma cópia física, em papel, era entregue aos alunos.

“Quando começou a pandemia, tivemos um pouco de dificuldade com a *internet*. Mudamos, então, a metodologia para acessar os outros alunos. Para quem não tinha acesso à rede, viabilizamos o acesso ao conteúdo com documentos impressos. Utilizamos vários métodos para alcançar o maior número de pessoas possível”, ela lembra. Isso, segundo a coordenadora, foi importante para evitar que alguns estudantes ficassem defasados em relação aos outros.

Além disso, a iniciativa da escola permitiu que as discussões sobre trabalho escravo fossem, posteriormente, revisitadas. Quando a situação epidemiológica da pandemia melhorou e algumas atividades presenciais retornaram, as três escolas de Goianorte se reuniram para um evento conjunto de prevenção ao trabalho escravo. “No produto final, os alunos apresentaram poemas, poesias, músicas, paródias, dando foco para o protagonismo juvenil. Fizemos isso para trazer uma ideia mais aberta do tema e tivemos uma boa participação da comunidade escolar”, conclui Souza.

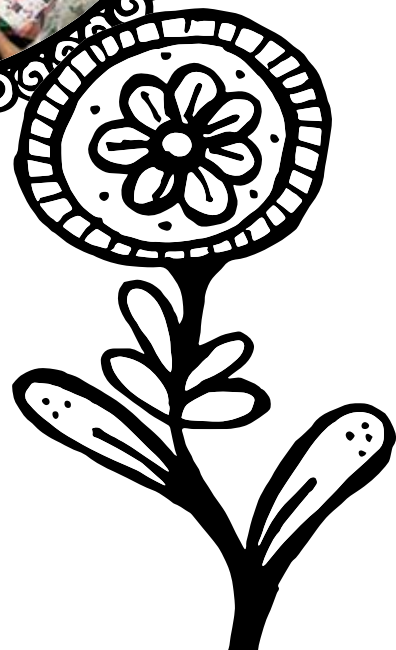
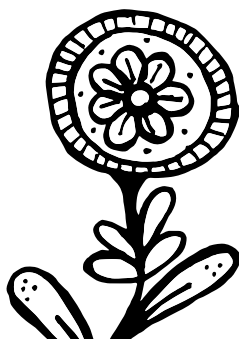




Estudantes e professores da EE Morro do Mato se unem com escolas da região para realizar as atividades de prevenção ao trabalho escravo. | DRE Guarái.



DRE Guarái | DRE Guarái.

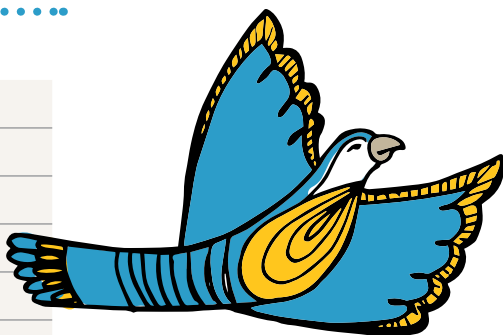




## DRE de Pedro Afonso

### ALCANÇADOS PELO ENP!

Municípios	8
Unidades escolares	34
Estudantes	5.727
Educadores/as	747
Funcionários/as	173
Comunidade extraescolar	3.331
<b>Total de pessoas prevenidas</b>	<b>9.978</b>



### OS VENTOS MUDAM, MAS A FORMAÇÃO PERMANECE

Não faltaram pedras no caminho para que a DRE de Pedro Afonso cumprisse, da melhor maneira possível, os objetivos com as formações de prevenção ao trabalho escravo. No entanto, nem a troca de equipe durante o andamento das reuniões com as escolas, nem os prazos, que se tornaram apertados, muito menos a chegada de novos funcionários para a tarefa impediram a diretoria de alcançar um dos melhores resultados da formação do *ENP!* em todo o Tocantins.

“Eu tenho certeza que as escolas foram vitoriosas. Com tão pouco prazo para apresentar o projeto, conseguimos que elas desenvolvessem as ações dentro do prazo determinado. O resultado foi tão bom que chegamos, inclusive, em escolas indígenas, onde o acesso costuma ser mais difícil”, relembra a técnica pedagógica Roseane Carreiro Costa, que teve de assumir a função de desenvolver as atividades sobre trabalho escravo após uma série de troca de servidores na diretoria regional.



Segundo ela, o principal fator que a ajudou a manter o projeto em curso foi a qualidade dos conteúdos oferecidos pelo *ENP!*. A técnica relata que os materiais foram importantes pela clareza com que tratam do assunto e também pela possibilidade de se adaptarem à realidade de cada uma das escolas. Além disso, outro fator que contribuiu para o bom andamento da empreitada foram os repasses, com orientações precisas, deixados pelos servidores que ocuparam anteriormente o mesmo posto.

Como em outras áreas do Tocantins, a maioria das escolas da regional de Pedro Afonso optou por realizar as atividades de prevenção ao trabalho escravo junto aos eventos da semana do Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro. Na ocasião, as unidades de ensino fizeram apresentações de teatro, trabalharam com cartazes e também organizaram palestras, com o objetivo de conscientizar a comunidade.

“As escolas gostaram do projeto. Apesar do prazo curto – originalmente deveríamos ter começado em abril –, empenharam-se em entregar os resultados a tempo. É um material muito bom, que certamente deve ter continuidade em todas as escolas”, conclui Costa.



Estudantes organizam atividades de prevenção ao trabalho escravo contemporâneo na EE Indígena Lagoinha. | DRE Pedro Afonso.



## APRESENTAÇÕES PARA ENSINAR OS MAIS VELHOS

Ao falar de estudantes em período escolar, é comum pensar em pessoas que ainda não atingiram a maturidade legal, prevista aos 18 anos de idade no Brasil. Entretanto, essa nem sempre é a regra no país. Há muitas escolas que são frequentadas por homens e mulheres mais velhos, na modalidade de Educação para Jovens e Adultos (EJA), como é o caso da Escola Estadual Ana Amorim, no município de Pedro Afonso.

Por lá, a formação dos mais velhos para prevenir a ocorrência de trabalho escravo foi uma das prioridades adotadas. Professores da EJA trouxeram conteúdos relacionados ao trabalho escravo contemporâneo para a sala de aula e também incentivaram seus estudantes jovens e adultos a montar uma peça de teatro que alertasse a comunidade escolar a respeito dos perigos do problema.

“Foi uma iniciativa bem simples, mas de fácil acesso para todos”, lembra a diretora da escola, Maria Francisco Coelho Martins. “Muitas pessoas ouvem falar de trabalho escravo e acham que aquilo está longe da realidade da gente. Mas quando você apresenta o tema de forma lúdica, as pessoas veem que é muito mais próximo e sério do que antes parecia”, afirma.



Alunos preparam uma redação, além de cartazes e painéis, discutindo as situações em que pessoas são aliciadas para as formas contemporâneas de escravidão. | DRE Pedro Afonso.



Estudantes organizam atividades de prevenção ao trabalho escravo contemporâneo na EE Indígena Lagoinha. | DRE Pedro Afonso.

Segundo a diretora, a realização do espetáculo foi tão importante na comunidade que até uma aluna mais velha chegou a reconhecer que já havia trabalhado em condições semelhantes às de trabalho análogo ao de escravo.

As formações, no entanto, não se restringiram apenas ao público da EJA. Os estudantes regularmente matriculados nos ensinos fundamental e médio também desenvolveram as suas atividades. Eles espalharam cartazes pela escola, trazendo informações a respeito das formas contemporâneas de escravidão e atuaram como um ponto irradiador de conteúdos voltados a prevenir essa violência aos direitos humanos.



## DRE Palmas

### ALCANÇADOS PELO ENP!

Municípios	7
Unidades escolares	18
Estudantes	2.915
Educadores/as	250
Funcionários/as	221
Comunidade extraescolar	441
<b>Total de pessoas prevenidas</b>	<b>3.643</b>

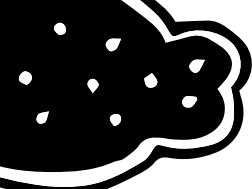
### ROTEIROS DE ESTUDO E APRESENTAÇÕES PARA DIVULGAR A FORMAÇÃO

Para driblar as adversidades impostas pela pandemia de Covid-19, uma alternativa que os servidores da diretoria encontraram foi dar mais liberdade para que as unidades de ensino realizassem as formações de acordo com as suas possibilidades. Primeiro, eles realizaram uma reunião *on-line* com cada uma das escolas com o objetivo de compartilhar as principais diretrizes da formação oferecida pelo ENP!. Na sequência, apresentaram algumas propostas que poderiam ser feitas.

Essa metodologia, apesar das dificuldades, ajudou as escolas a desenvolverem atividades como roteiros de estudo, apresentações culturais e palestras que tratavam tanto de trabalho escravo quanto da proteção dos direitos das minorias. Assim, houve escolas que, apesar de não terem participado regularmente das formações oferecidas pela DRE, conseguiram realizar seus trabalhos, já que estavam de posse dos materiais do ENP!.

Para os servidores envolvidos com as formações de prevenção ao trabalho escravo na região, no entanto, o resultado ficou aquém do que seria possível executar, tendo em vista o histórico de outras atividades já desempenhadas pela mesma diretoria. A impossibilidade de realizar reuniões e outros eventos presencialmente atrapalhou, mas não foi o único fator.

“Foi um ano bem difícil. Foi um tanto truncado, e as coisas não aconteceram da maneira que a gente gostaria que fosse”, reconhece a técnica pedagógica Adalzisa Ramos dos Santos, que foi uma das responsáveis por realizar o contato com as unidades de ensino. “Não foi só por causa da pandemia, mas a regional estava desorganizada”, acrescenta.




Segundo ela, a DRE de Palmas enfrentou resistências de ordem institucional para conversar com as escolas e, por consequência, isso prejudicou a elaboração de um cronograma mais adequado à realidade do ano letivo durante a pandemia. “Não houve uma adesão como a gente gostaria, considerando o engajamento de funcionários, professores, funcionários e comunidade escolar. Os prazos para execução do projeto estavam se sobrepondo aos de outros compromissos, e tivemos que ir adiando”, detalha a técnica.

### ROTEIROS DE ESTUDO PELA PREVENÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

A Escola Estadual Imaculada Conceição contou com a dedicação de seus educadores como a principal ferramenta para garantir que as formações de prevenção ao trabalho escravo ocorressem. Como o colégio fica no povoado de Mansinha, na zona rural do município de Rio Sono, recursos como a conexão com a *internet* nem sempre estão disponíveis como necessário. Para contornar isso, os professores se reuniram para elaborar uma cartilha baseada nos materiais do *ENP!*.

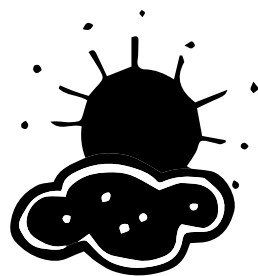

O corpo docente realizou uma série de reuniões a fim de montar um roteiro de estudos para que seus alunos ficassem a par dos conteúdos sobre trabalho escravo. Os educadores procuraram trazer o assunto para o máximo de disciplinas possível e de modo que os materiais pudessem ser desenvolvidos interdisciplinarmente.

Com os roteiros em mãos, os discentes estudavam de casa e, algum tempo depois, davam um retorno para os professores, contando o que aprenderam. A partir daí, trocavam experiências até que o conteúdo pedagógico fosse cumprido.



“Depois que o conteúdo foi trabalhado, os próprios estudantes nos comunicavam por mensagem que entenderam melhor o que significava o trabalho escravo. Preferimos focar no trabalho infantil com os mais novos. E, com os mais velhos, trabalhamos sobre o trabalho escravo propriamente”, relata uma das coordenadoras pedagógicas da escola, Celma Ribeiro Martins da Silva.

“Os próprios professores, quando sentamos para conversar, perceberam a importância desse trabalho e de dar um olhar especial, porque é um assunto muito importante para nós que moramos em um povoado na zona rural”, conclui.





Estudantes observam materiais em exposição que trazem informações sobre trabalho escravo.  
| *EE Mundo Sócio do Saber.*



Estudantes elaboram cartazes nas aulas de português nas atividades realizadas na DRE de Palmas. | *Escolas Ipes.*



Aluno do ensino fundamental se fantasia de trabalhador escravizado em uma das escolas da DRE de Palmas. | *Escolas Ipes.*



Alunos do CEM Taquaralto, em Palmas, participam de uma aula para elaboração de uma redação sobre as formas contemporâneas de escravidão. | *Coordenação Taquaralto.*



Exposição de livros e cartilhas do programa *Escravo, nem pensar!* com conteúdos que abordam a prevenção às formas contemporâneas de escravidão. | *José Francisco Sousa Pereira.*



## DRE Miracema do Tocantins

### ALCANÇADOS PELO ENP!

Municípios	3
Unidades escolares	5
Estudantes	826
Educadores/as	44
Funcionários/as	67
Comunidade extraescolar	218
<b>Total de pessoas prevenidas</b>	<b>1.155</b>



Palestra com professor e roda de conversa realizadas na EE José Damasceno Vasconcelos abordando o aliciamento para o trabalho escravo. | Assessoria pedagógica da DRE-Miracema do Tocantins

### ENCONTROS DURANTE O DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Na DRE de Miracema do Tocantins, a pouco mais de 100 km ao norte de Palmas, o foco foi na qualidade das ações. As escolas realizaram encontros na semana da Consciência Negra, data celebrada em 20 de novembro, aproveitando para indicar as diferenças entre o trabalho escravo antigo e o contemporâneo. Na ocasião, os estudantes, sob supervisão dos professores, realizaram dramatizações, jograis e rodas de conversa para tratar do assunto. “Nas escolas que atingimos, conseguimos fazer um bom trabalho, tivemos socialização com toda a comunidade escolar, colocamos o tema em pauta”, diz Inez Pereira de Carvalho, assessora pedagógica da DRE.

A regional, no entanto, foi a que, entre as seis DREs envolvidas, atingiu o menor número de escolas, alunos e professores no estado. Para os servidores ligados ao projeto, houve dificuldade para se adaptar aos meios de ensino *on-line*, e boa parte das atividades ficou para o segundo semestre de 2021, enquanto a vacinação contra a Covid-19 avançava. Entretanto, o calendário escolar acumulou muitos eventos e as formações de prevenção ao trabalho escravo com materiais do *ENP!* foram prejudicadas.

“Estávamos no período de pandemia, e havia decretos que impediam encontros presenciais”, lembra a assessora pedagógica. “Em setembro de 2021, os municípios começaram a liberar as atividades presenciais. Até lá, fizemos as formações por videoconferência, em maio e junho, com as escolas. A Covid atrapalhou, pois, quando o projeto começou para valer, havia muitos programas na agenda, e já havia passado a metade do ano letivo”, comenta.



Outro ponto importante, de acordo com ela, foi a falta de funcionários na DRE. Servidores acumulavam funções enquanto novos educadores não eram contratados. “Quem estava ocupando a função de chefia tinha que responder por quase todas as tarefas”, afirma a assessora.

### PASSADO E PRESENTE DA ESCRavidÃO NA SALA DE AULA

O termo trabalho escravo, usado para definir a lesão de um direito humano que ocorre dentro das relações trabalhistas, não por acaso tem o mesmo nome de uma forma passada de explorar e violentar pessoas. Contudo, há diferenças entre o que ocorria no Brasil entre os séculos XVI e XIX e a situação contemporânea de escravidão. Esse foi o principal ponto trabalhado por estudantes e professores da Escola Estadual José Damasceno Vasconcelos, em Miracema do Tocantins.

A comunidade escolar se reuniu em 26 de novembro, durante os eventos relacionados ao Dia da Consciência Negra, para uma palestra com um professor convidado que mostrou as diferenças entre a escravidão do passado e o trabalho escravo contemporâneo. Este foi o pontapé inicial para que, então, os demais educadores trouxessem, cada um à sua maneira, as discussões sobre as condições análogas às de escravo para o dia a dia das aulas.

A escola abordou o tema do trabalho escravo em quase todas as disciplinas. Isso aconteceu até nas aulas de ensino religioso, na qual os alunos tiveram que pensar a respeito da exploração laboral e os valores humanos. Em língua portuguesa, houve um jogral sobre o assunto. Em matemática, eles debateram os dados quantitativos de pessoas identificadas em condições análogas às de escravo. E, na disciplina de emprego e trabalho, o tema caiu como uma luva para tratar de propostas indecentes de trabalho.



Apresentação de dança e teatro de fantoche realizados pelos alunos do ensino fundamental da EE Oscar Sardinha. | Assessoria pedagógica da DRE-Miracema do Tocantins

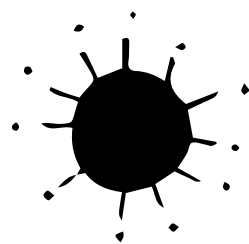


Atividades de jogral e capoeira realizadas pelos estudantes da EE Oscar Sardinha alertando sobre os perigos da escravidão contemporânea. | Assessoria pedagógica da DRE-Miracema do Tocantins.

“Tivemos um momento bem interessante. Organizamos um mural, colocamos um mural bem ‘cheguei’, falando da escravidão contemporânea em comparação com a Consciência Negra, mostrando as lutas e as conquistas. Mostramos também quais atitudes tomar perante essa situação e quais meios podem ser acessados para prevenir que essa prática persista”, diz uma das coordenadoras pedagógicas da escola, Adriana da Silva Dias.



# Rede *ENP!* de prevenção ao trabalho escravo no Brasil



- AMAZONAS
- BAHIA
- CEARÁ
- GOIÁS
- MATO GROSSO
- MARANHÃO
- MINAS GERAIS
- PARÁ
- PIAUI
- RIO DE JANEIRO
- SÃO PAULO
- TOCANTINS

## Saiba mais sobre trabalho escravo

 **SITE *ENP!***  
[www.escravonempensar.org.br](http://www.escravonempensar.org.br)

 **INSTAGRAM**  
[/reporterbrasil](https://www.instagram.com/reporterbrasil)

 **LIVRO DIGITAL *ENP!***  
[www.escravonempensar.org.br/livro](http://www.escravonempensar.org.br/livro)

 **TWITTER**  
[/reporterb](https://twitter.com/reporterb)

 **YOUTUBE**  
[/EscravoNemPensar](https://www.youtube.com/EscravoNemPensar)

 **AGÊNCIA DE NOTÍCIAS  
DA REPÓRTER BRASIL**  
[www.reporterbrasil.org.br](http://www.reporterbrasil.org.br)

 **FACEBOOK**  
[/ONGReporterBrasil](https://www.facebook.com/ONGReporterBrasil)



Criado em 1988, o estado do Tocantins ocupa hoje a sétima posição entre aqueles com mais trabalhadores escravizados. Segundo os números oficiais, mais de 5% das pessoas escravizadas entre 1995 e 2021 foram encontradas no estado. A pecuária, um dos carros-chefe da economia local, concentra a maioria dos casos.

Este caderno apresenta os resultados do projeto *Escravo, nem pensar!* no estado, ao longo do ano de 2021, para prevenção ao trabalho escravo. A iniciativa foi realizada pela ONG Repórter Brasil em conjunto com a Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes do Tocantins (Seduc/TO), e com o apoio do Ministério Público do Trabalho. Também contou com a parceria da Comissão de Erradicação do Trabalho Escravo do Estado do Tocantins (Coetrae/TO) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Ao todo, mais de 37 mil pessoas foram prevenidas dessa prática criminosa, a partir da realização de projetos educacionais em 113 escolas de 40 municípios tocaninenses.

Realização:



Apoio:



Parceria:

